

Mudanças na conjuntura do espaço rural: a mulher como participante da gestão da propriedade rural

Changes in the rural space conjuncture: women as participants in rural property management

DOI:10.34117/bjdv7n2-407

Recebimento dos originais: 13/01/2021
Aceitação para publicação: 20/02/2021

Carolina da Silva Gonçalves

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA
E-mail:linacrsg@gmail.com

Ruth Helena Cristo Almeida

Doutora em Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural do Pará, Av. Presidente Tancredo Neves, 2.501 -Bairro Montese, Belém – PA
E-mail: ruthpara@yahoo.com.br

RESUMO

A dicotomia da realidade rural e da urbana se evidencia pelas diferentes dinâmicas e, principalmente pela visão mais tradicional de estilo de vida presente nas famílias que tem uma relação mais íntima com o campo. Devido à histórica relação de gênero é possível ser feito recortes na sociedade rural, a fim de entender sua construção, principalmente da função que a mulher desempenha no campo e suas divisões no âmbito do trabalho. No campo a mulher se tornou marcada por uma realidade patriarcal, que vem sofrendo mudanças, principalmente na gestão. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva um estudo sob a perspectiva do espaço rural, evidenciando o papel da mulher na gestão da propriedade e a sua atual representatividade no campo, atentando para a obrigatoriedade da titulação conjunta e sua abertura para a co-chefia feminina. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ajudam para o entendimento quantitativo da mulher enquanto gestora do imóvel. Os resultados auxiliam para a análise da mudança ocorrida na conjuntura do campo em relação à propriedade, mostrando um aumento bruto de 47,6% na sua participação, enfatizando assim, que representação feminina vem se tornando mais forte.

Palavras-Chave: Rural, Gênero, Mulher, Gestão.

ABSTRACT

The dichotomy of rural and urban reality is evidenced by the different dynamics and especially by the more traditional view of the lifestyle present in the families that has a more intimate relationship with the countryside. Due to the historic relationship of gender, it is possible to make cuts in rural society in order to understand their construction, especially the role that women play in the countryside and their divisions in the field of work. In the countryside the woman has become marked by a patriarchal reality, which has undergone changes, mainly in management. In this context, the present study aims at a study from a rural perspective, highlighting the role of women in property management

and their present representativeness in the field, considering the obligation of joint titling and its openness to female carriage. Data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics help for the quantitative understanding of the woman as manager of the property. The results help to analyze the change that occurred in the countryside in relation to property, showing a gross increase of 47.6% in its participation, emphasizing, therefore, that female representation is becoming stronger.

Keywords: Rural, Genre, Woman, Management.

1 INTRODUÇÃO

A relação de interdependência do ser humano com o meio em que se insere é determinante para o dinamismo presente nos diversos contextos sociais. A dicotomia do rural e urbano se evidencia pelas diferentes dinâmicas e principalmente pela visão mais tradicional de estilo de vida presente nas famílias que tem uma relação mais íntima com o campo.

Devido a histórica relação de gênero, que surge com o intuito de caracterizar as diferenças entre homem e mulher, acentuando as distinções sociais se baseando no sexo, é possível fazer recortes na sociedade rural a fim de entender construção, principalmente da função que a mulher desempenha no campo e das divisões de trabalho.

De acordo com Forlin (2014), por mais que a mulher tenha um papel fundamental, seja ela na família, na propriedade, na comunidade ou na sociedade em geral, o maior empecilho é estar inserida em uma sociedade em que culturalmente as relações de poder são patriarcais, que atribuem ao homem a responsabilidade de provedor, tornando-o também o responsável pelas decisões a serem tomadas, sendo que a mulher acaba ficando em segundo plano, e em muitas vezes nem são consultadas sobre determinadas decisões e escolhas. Apesar de progresso considerável conseguido para integrar a dimensão de gênero nas estatísticas agrícolas, a verdadeira contribuição das mulheres para a produção econômica agrícola e o seu papel na segurança alimentar da família é muitas vezes subestimado (FAO, 2008)

Com o avanço das conquistas dos direitos à igualdade de gênero, crescem, no âmbito das políticas sociais, medidas em torno da gestão das políticas para mulheres. A terra em muitos casos serve como um ponto de entrada para melhorar os meios de subsistência rurais, status social e econômico empoderamento das pessoas inseridas no meio rural (MESQUITA, 2012).

Estabelecendo essas diretrizes, o presente trabalho tem como objetivo analisar as relações de gênero que estão contidas no campo, tendo como alvo a participação feminina

na propriedade rural, correlacionando com as relações de interdependência deste ser humano com a terra, visto que a reforma agrária, que de acordo com a lei nº 4504/64 (CASA CIVIL, 1964) é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

A pesquisa se justifica pela necessidade de estabelecer correlação entre a conjuntura rural e programas de acesso que visam uma maior igualdade no meio rural, como a portaria nº 981/2003 (INCRA, 2007), que estabeleceu como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável, possibilitando assim as mulheres rurais acesso a programas que visam um desenvolvimento sustentável e econômico.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Com base no contexto abordado, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fomentada por princípios legais e embasada em ideias de outras autorias para estabelecer uma correlação entre as relações de gênero e o atual papel que a mulher desenvolve no campo, atentando para a participação feminina na produção agropecuária.

Os dados da presente pesquisa são oriundos do Sistema do IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, possível consultar dados na forma de séries temporais, acompanhando seu comportamento ao longo do tempo, bem como ter os mesmos disponibilizados por níveis territoriais desagregados, como município, distrito e bairro, de modo a facilitar o conhecimento da realidade municipal (IBGE, 2017). Os dados são referentes ao censo populacional do ano de 2010 e aos censos agropecuários de 2006 e 2017; sendo possível analisar e estabelecer uma relação temporal da representatividade feminina na gestão da propriedade rural.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o último Censo (IBGE, 2010) a população feminina nas áreas rurais contabilizava 14.129.837, equivalente a 7,4%, número que contrasta com a população feminina nas áreas urbanas que equivale a 43,6% da população. A pequena quantidade de mulheres residentes da área rural comparada com as que vivem na área urbana, explicam a invisibilidade quantitativa das mesmas nos dados estatísticos, acentuando a diferença estrutural do campo e da cidade (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados referentes a população feminina residente por domicílio.

Ano	Quantidades de mulheres residentes da área urbana	Quantidades de mulheres residentes da área rural	Porcentagem de mulheres residentes em área urbana (%)	Porcentagem de mulheres residentes em área rural (%)
2002	71.061.042	15.209.498	41,83	8,95
2010	83.218.972	14.129.837	43,63	7,41

Fonte: SIDRA – Censo IBGE

Para a representatividade da mulher no espaço rural quanto à gestão de propriedade, foram analisados dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a quantificação da mesma em relação à direção do imóvel. Através desse levantamento é possível perceber o aumento da chefia feminina em relação ao censo agropecuário de 2006, chegando a um aumento de 46,7% (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados referentes ao número de estabelecimentos agropecuários.

Ano	Nº de estabelecimentos agropecuários	Nº de estabelecimentos chefiados por homens	Nº de estabelecimentos chefiados por mulheres	Porcentagem da chefia masculina (%)	Porcentagem da chefia feminina (%)
2006	5.175.489	4.519.261	656.228	87,3	12,6
2017	5.072.152	4.100.900	945.490	80,8	18,6

Fonte: SIDRA – Censo Agropecuário/ IBGE

Tal distinções de gênero em relação a chefia da propriedade, apresentam-se como barreiras significativas para as mulheres, onde em sua grande maioria demonstram-se reduzidas as responsabilidades das tarefas domésticas e sendo isentas de poder de decisão em relação aos seus estabelecimentos.

A partir da portaria nº 981/2003 (INCRA, 2007), que obriga a titulação conjunta de terras, mulheres passaram a ter uma maior abertura para questões sociais e econômicas que se inserem no meio rural.

Dados do último censo agropecuário exprimem a quantidade de mulheres que possuem o beneficiamento da titulação conjunta (Tabela 3).

Tabela 3 – Números de estabelecimentos agropecuários dirigido por casais.

Ano	Nº de estabelecimentos agropecuários chefiados por casais	Nº de homens (cônjuge)	Nº de mulheres (cônjuge)
2017	1.029.509	212.583	816.926

Fonte: SIDRA – Censo Agropecuário 2017/IBGE

A cogestão da propriedade representa de forma significativa uma maior participação feminina na gestão, chegando a 16,1% da co-chefia, que somados ao percentual da chefia feminina, chega-se a 34,7% com um total de 1.762.416 mulheres. A contribuição feminina na gestão da propriedade rural, apresentando um aumento total de 168,5%, onde a parcela da cogestão ocupa quantitativamente 124,48% dessa progressão.

Portanto, através dos dados, é comprovado que a portaria nº 981/2003 (INCRA, 2007), que obriga a titulação conjunta de terras; representa uma forma de mulheres inseridas no espaço rural terem mais direitos econômicos e sociais, assegurando assim, a maior representação das mesmas no campo.

4 CONCLUSÃO

As relações de gênero no ambiente rural, a partir de sua historicidade, apresentam um caráter patriarcal, entretanto a disposição dinâmica desse meio apresenta-se com constantes mudanças no papel que a mulher representa.

A partir da portaria nº 981/2003 (INCRA, 2007), que obriga a titulação conjunta de terras, mulheres passaram a ter uma maior abertura para questões sociais e econômicas que se inserem no meio rural, passando a atender de forma mais justa a lei nº 4504/64 (CASA CIVIL, 1964) que confere as diretrizes da reforma agrária princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

Por fim, é perceptível de que na conjuntura atual a mulher desempenha um papel mais significativo na realidade rural, com números mais expressivos na chefia e na gestão de propriedades, refletindo por maior autonomia nas tomadas de decisão de uso de suas áreas.

REFERÊNCIAS

CASA CIVIL- LEI N° 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Brasília, 1964.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Igualdade de gênero.** Roma, 2008. Disponível em: < www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt10.pdf> Acesso: em 30/08 às 21:30.

FORLIN, V.; MIRALES R. **Relações de Gênero e Geracionais na Agricultura Familiar.** 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Toledo-PR, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário- 2006.** Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em 29/08 às 19:02.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário- 2017.** Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> > Acesso em 29 às 18:45.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Habitacões por domicílio.** Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/habitacao/9663-censo-demografico2000.html?edicao=9860&t=downloads>> Acesso em 29/08 às 18:50.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/workshop/sidra.shtm>> Acesso em 31/08 às 10:42.

INCRA – Instituto Nacional de colonização e reforma agrária. Instrução Normativa n° 38 de 13/03/2007. **Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, 2007.

MESQUITA, G. R. I. Aspectos de Gênero no Meio Rural. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

SIDRA. - Sistema IBGE de Recuperação Automática. **População residente, por sexo e grupos de idade.** Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200>> Acesso em 31/08.

SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação automática. **Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por casais, área dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por casais, por condição legal das terras, sexo do cônjuge do produtor e**

origem da orientação técnica recebida. Disponível em <
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6712> > Acesso em 31/08.

SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação automática. **Números de estabelecimentos agropecuários por contratação de serviços, tipo de prestador de serviços e dias trabalhados, sexo do produtor, escolaridade do produtor, condição legal do produtor e origem da técnica recebida.** Disponível em<
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6713> > Acesso em 31/08.